



TERMO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 22/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 271/2026

Torna-se público que a **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RO**, através da **Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Família - SEMDSF**, por meio da sua Comissão de Contratação, designada pelo Portaria nº 024/2026, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento **MENOR PREÇO**, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 26, de 02 de março 2023 e a Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, Decreto de nº 088 - 2023 de 02 de maio de 2023 e demais legislação aplicável.

Data da sessão: **05/05/2026**

Link: <https://www.licitanet.com.br/>

Horário do início da Disputa: **08:30** do dia **05/05/2026**.

Horário do fim da Disputa: **14:30** do dia **05/05/2026**.

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para **aquisição de 02 (duas) motocicletas e locação de 1.000 (mil) cadeiras plásticas**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Dispensa de Licitação e seus anexos.

1.2. A contratação será por **LOTE**, conforme tabela constante abaixo:

LOTE 01:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QND	Valor Estimado	Valor Total
01	Motocicleta nova (zero quilômetro), ano/modelo correspondente ao ano vigente, com as seguintes referencias: <ul style="list-style-type: none">• Motor 4 tempos, monocilíndrico• Cilindrada mínima de 120 cc e máxima de 130 cc• Sistema de alimentação por injeção eletrônica• Potência mínima de 9 cv• Torque : 1,0 kgf.m a 6.000 rpm• Transmissão de no mínimo 4 marchas, com sistema semiautomático ou automático• Partida elétrica• Sistema de freio dianteiro a disco ou tambor e traseiro a tambor• Capacidade do tanque mínima de 4,5 litros• Peso máximo de 110 kg• Altura máxima : 1.100 mm• Distancia do solo: mínima de 120mm• Compartimento de armazenamento interno mínimo de 17 litros• Atender às normas do CONTRAN	UND	02	R\$ 20.797,50	R\$ 41.595,00



LOTE 02:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QND	Valor Unt. Estimado	Valor Total
01	ALUGUEL DE CADEIRAS PLASTICAS	UND	1.000	R\$ 7,62	R\$ 7.620,00

1.2.1. Faculta-se ao fornecedor a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.2.2. Nos casos em que a Dispensa de Licitação preconizar a disputa por lote, deve o fornecedor enviar proposta para todos os itens que o compõem.

1.3. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Dispensa de Licitação e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.4. O valor total estimado para contratação é de **R\$ 49.215,00 (quarenta e nove mil e duzentos e quinze reais)**.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica exclusivamente, pela plataforma <https://www.licitanet.com.br/>.

2.1.1. Os fornecedores deverão se cadastrar previamente no Portal da LICITANET para acesso ao sistema e operacionalização.

2.1.2. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

2.2.1. que não atendam às condições deste Aviso de Dispensa de Licitação e seu(s) anexo(s);

2.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela



necessários;

- c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;
- f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- g) sociedades cooperativas.

2.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.2.3.2. aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.2.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de Dispensa de Licitação, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema Licitanet, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.2.1. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta



vigentes na data de entrega das propostas.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

3.4.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos,

ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.8. Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores NÃO poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;

3.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

3.10. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.11. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

3.11.1. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

3.11.2. que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

3.11.3. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.



3.12. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.13. **Considerando o decreto nº 088 de 02 de maio de 2023; considerando a necessidade de fomentar o comércio local, a participação nesse certame será exclusivo as empresas local.**

4. FASE DE LANCES

4.1. **A partir das 08h30 (horário de Brasília)** da data estabelecida neste Aviso de Dispensa de Licitação, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.3. O lance deverá ser ofertado pelo valor lote.

4.4. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.5. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Dispensa de Licitação.

4.6. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de **R\$ 1,00 (um real)**.

4.7. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.8. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.9. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.10. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.11. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.



5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

5.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

5.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

5.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado.

5.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

5.2.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.

5.3. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.

5.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.5.1. conter vícios insanáveis;

5.5.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

5.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5.6. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

5.6.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

5.6.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em



instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

5.7. Em contratação de obras ou serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

5.7.1. para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global a ser fixado neste Aviso de Contratação Direta, conforme as especificidades do mercado correspondente;

5.7.2. serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

5.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

5.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

5.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

5.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.11. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.12. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

5.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

5.14. **O Agente de Contratação solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares e documentos de habilitação exigidos no edital, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já**



apresentados.

5.15. É facultado ao Agente de Contratação prorrogar uma única vez por igual período o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6. HABILITAÇÃO

6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de **habilitação descritos nos itens 6.9 ao 6.12** deste aviso serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.

6.2. Como condição prévia ao exame da documentação de **habilitação** do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

d) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

6.2.1. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

6.2.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

6.2.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.2.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.2.2.1.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação

6.2.3. Constatada a existência de sanção **neste órgão licitante**, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Dispensa de Licitação e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de



inabilitação.

6.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digítals quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.5. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

6.6. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

6.7. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

6.7.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação

6.8. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

6.9. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

6.9.1. Cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

6.9.2. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

6.9.3. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

6.9.4. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

6.9.5. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

6.9.6. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;



6.9.7. decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

6.9.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

6.10. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

6.10.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso; (**CNPJ**)

6.10.2. prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

6.10.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**);

6.10.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

6.10.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes *estadual e/ou municipal*, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

6.10.6. prova de regularidade com a Fazenda **Estadual** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

6.10.7. prova de regularidade com a Fazenda **Municipal** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

6.10.8. caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *estaduais ou municipais* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

6.11. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

6.11.1. Certidão Negativa de Falência, de Concordata, de Recuperação Judicial ou Extrajudicial (Lei nº 11.101/2005) expedida pelo distribuidor da sede da empresa, EXPEDIDA NOS ÚLTIMOS 90 (Noventa) dias caso não conste o prazo de validade; ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;

6.11.2. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá



apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente.

6.12. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

6.12.1. Apresentação de pelo menos um Atestado(s) de Capacidade Técnica **fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado** em nome da licitante, comprovando a aptidão ou desempenho da licitante para fornecimento dos objetos compatível em características com o objeto do certame.

6.12.2. O atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito privado **deverá indicar dados da entidade emissora (razão social, CNPJ, endereço, telefone, e-mail, data de emissão)** e dos signatários do documento (nome, função, telefone, etc.). **Além da descrição detalhada do objeto, quantidades e prazos de fornecimento dos materiais.** Quando for emitido por ente privado deverá este ser com firma reconhecida de quem o subscreveu.

6.12.3. Todas as informações prestadas no Atestado de Capacidade Técnica estarão sujeitas a verificação e confirmação de autenticidade, exatidão e veracidade através de diligência, sujeitando o emissor às penalidades previstas em lei caso ateste informações inverídicas.

6.12.4. Caso haja necessidade, a Administração reserva-se ao direito de solicitar a apresentação de cópia(s) da(s) Nota(s) Fiscal(is) e correspondentes ao(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica apresentados.

7. CONTRATAÇÃO

7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

7.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Dispensa de Licitação.

7.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da data de seu recebimento.

7.2.2. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:



7.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

7.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Dispensa de Licitação e seus anexos;

7.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

7.4. O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) dias prorrogável conforme previsão nos anexos a este Aviso de Dispensa de Licitação.

7.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8. LOCAL DE ENTREGA

8.1. A entrega deverá ocorrer conforme **item 1 do Termo de Referencia**.

9. SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

9.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

9.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

9.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

9.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

9.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

9.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

9.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

9.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

9.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;



9.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

9.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

9.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 9.1.1 deste Aviso de Dispensa de Licitação, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 9.1.1 a 9.1.12;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 9.1.2 a 9.1.7 deste Aviso de Dispensa de Licitação, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 9.1.8 a 9.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

9.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

9.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Dispensa de Licitação, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

9.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou



estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

9.7. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

9.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

9.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

9.10. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O procedimento será divulgado no LICITANET e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no aviso de licitações do Portal de Compras Públicas, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

10.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

10.2.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

10.2.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

10.2.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

10.2.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

10.3. As providências dos subitens 10.2.1 e 10.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto)

10.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Dispensa de Licitação, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente



competente da Administração na respectiva notificação.

10.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

10.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

10.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

10.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.9. As normas disciplinadoras deste Aviso de Dispensa de Licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

10.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

10.11. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Dispensa de Licitação e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

10.12. Da sessão pública será divulgada em Ata no sistema eletrônico.

10.13. Integram este Aviso de Dispensa de Licitação, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

10.13.1. ANEXO I – Modelo de proposta comercial (preços);

10.13.2. ANEXO II – Termo de Referência;

10.13.3. ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato;

São Francisco do Guaporé/RO, 27 de abril de 2026.

WEBERSON FERREIRA NILLIO

Agente de Contratação

Portaria nº 024/2026

TERMO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 22/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 271/2026

ANEXO I - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL (PREÇOS)

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ/RO
DISPENSA ELETRÔNICA Nº ____/2026.

Razão Social da Proponente:

CNPJ nº :

Endereço:

Telefone:

E-mail Institucional:

Dados Bancários:

DADOS BANCÁRIOS:

Agência nº:

Conta Corrente nº:

LOTE 1:

ITEM	DESCRIÇÃO	Marca/Modelo	UND	QUANT.	VALOR UNT.	VALOR TOTAL
01			UND	02	R\$	R\$
VALOR TOTAL:					R\$	

LOTE 02:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	VALOR UNT.	VALOR TOTAL
01		UND	1.000	R\$	R\$
VALOR TOTAL:					R\$

Prazo de validade da Proposta: _____ (_____) dias(mínimo 60 dias)

Prazo de execução:

Declarando conhecer e concordar plenamente com as cláusulas e condições do do Aviso e seus anexos da Dispensa Eletrônica nº ____/2026, e seus anexos, apresentamos nossa proposta de preços para o objeto do certame conforme valores e especificações técnicas.

Outras informações:

- Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Aviso e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência (anexo II).

- Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.

- Caso nos seja adjudicado o objeto desta dispensa, comprometemo-nos em assinar o Contrato no prazo determinado no documento de convocação, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:

Local, _____ de _____ de 2026.

Nome e assinatura do Representante

Legal O CNPJ DA EMPRESA

TIMBRE /LOGOMARCA DA PESSOA JURÍDICA EMITENTE



TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 271/2026 - LEI 14.133/2021

UNIDADE REQUISITANTE

SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA - SENDESF
Secretária: JOSYANE SILVA OLIVEIRA DRUMOND

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

A presente contratação tem por objeto a **aquisição de bens e contratação de serviços**, divididos em **02 (dois) lotes**, destinados à realização do evento comemorativo do Dia das Mães do Município de São Francisco do Guaporé/RO, a ser realizado no dia 16 de maio do corrente ano, no ginásio municipal, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, em conformidade com a **Lei nº 14.133/2021**.

1.1 Especificações:

LOTE 01 – AQUISIÇÃO DE MOTOCICLETAS (BENS distribuição gratuita)

Aquisição de **02 (duas) motocicletas novas (zero quilômetro)**, ano/modelo correspondente ao ano vigente, devendo atender, no mínimo, às seguintes especificações técnicas:

- Motor 4 tempos, monocilíndrico;
- Cilindrada mínima de 120 cc e máxima de 130 cc;
- Sistema de alimentação por injeção eletrônica;
- Potência mínima de 9 cv;
- Torque mínimo de 1,0 kgf.m a 6.000 rpm;
- Transmissão de no mínimo 4 marchas, com sistema semiautomático ou automático;
- Partida elétrica;
- Sistema de freio dianteiro a disco ou tambor e traseiro a tambor;



- Capacidade mínima do tanque de 4,5 litros;
- Peso máximo de 110 kg;
- Altura máxima de 1.100 mm;
- Distância mínima do solo de 120 mm;
- Compartimento interno de armazenamento mínimo de 17 litros;
- Atendimento às normas vigentes do CONTRAN;
- Primeira documentação e emplacamento por conta da contratada;
- Garantia mínima de fábrica de 12 (doze) meses;
- Entrega com todos os itens obrigatórios, pronta para uso, em até 24 horas antes do evento, conforme nota de empenho expedida pela demandante;

LOTE 02 – LOCAÇÃO DE CADEIRAS (SERVIÇO)

Contratação de empresa especializada para a **locação de 1.000 (mil) cadeiras plásticas**, destinadas à acomodação do público durante o evento, incluindo:

- Fornecimento de cadeiras plásticas resistentes, em bom estado de conservação e higienizadas;
- Capacidade adequada para uso adulto;
- Entrega no local do evento (ginásio municipal), 24 horas antes do evento, conforme nota de empenho expedida pela demandante;
- Organização e disponibilização conforme orientação da Administração;
- Retirada após o encerramento do evento;
- Substituição imediata de itens danificados, sem ônus adicional.

CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO

O objeto caracteriza-se como:

- **Lote 01:** aquisição de bens comuns, conforme art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021;
- **Lote 02:** contratação de serviço comum, conforme art. 6º, inciso XV, da Lei nº 14.133/2021.

A contratação deverá observar os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, competitividade e interesse público, previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.



FORMA DE EXECUÇÃO

A execução será indireta, mediante contratação de terceiros, podendo ser realizada por meio de procedimento licitatório ou contratação direta (dispensa), conforme enquadramento legal e valor estimado, nos termos dos arts. 72 e 75 inciso II da Lei nº 14.133/2021.

Dessa forma, a definição do objeto está adequada à necessidade administrativa, permitindo a elaboração de Termo de Referência claro, objetivo e em conformidade com a legislação vigente.

2 FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação fundamenta-se na necessidade de atendimento ao interesse público, consistente na realização do evento comemorativo do Dia das Mães no Município de São Francisco do Guaporé/RO, previsto para o dia 16 de maio do corrente ano, com o objetivo de promover a integração social, valorização das famílias e fortalecimento das ações institucionais da Administração.

Nos termos do art. 18 da **Lei nº 14.133/2021**, a contratação deve ser precedida de planejamento que demonstre a necessidade, a adequação da solução e a vantajosidade para a Administração Pública. Nesse sentido, o presente processo foi instruído com Estudo Técnico Preliminar, no qual restou evidenciada a necessidade de disponibilização de infraestrutura adequada e de mecanismos de incentivo à participação popular no evento.

A solução adotada contempla a divisão do objeto em **02 (dois) lotes**, conforme segue:

- **Lote 01:** aquisição de 02 (duas) motocicletas novas, destinadas à premiação por sorteio;
- **Lote 02:** locação de aproximadamente 1.000 (mil) cadeiras plásticas, destinadas à acomodação do público.

A fundamentação da contratação observa os seguintes aspectos legais e técnicos:

a) Interesse público e finalidade administrativa:

A contratação visa atender demanda de natureza social e institucional, promovendo evento tradicional do município, com ampla participação da comunidade, atendendo ao princípio do interesse público.



b) Princípios da Administração Pública:

A solução está alinhada aos princípios previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à legalidade, eficiência, economicidade, planejamento e transparência.

c) Adequação da solução:

A aquisição das motocicletas justifica-se como forma de incentivo à participação e valorização das mães, enquanto a locação de cadeiras atende à necessidade de infraestrutura temporária, sendo a alternativa mais econômica em relação à aquisição de bens permanentes para uso eventual.

d) Parcelamento do objeto:

A divisão em lotes distintos encontra respaldo no art. 40, §1º, da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de objetos de naturezas diversas (bens e serviços), permitindo maior competitividade e participação de fornecedores especializados.

e) Forma de contratação:

A contratação poderá ser realizada por meio de procedimento licitatório ou, caso os valores estimados estejam dentro dos limites legais, por dispensa de licitação, **conforme art. 75 inciso II da Lei nº 14.133/2021, desde que devidamente justificada e instruída, nos termos do art. 72.**

f) Viabilidade técnica e de mercado:

O levantamento de mercado demonstrou ampla disponibilidade de fornecedores aptos a atender à demanda, garantindo competitividade e possibilidade de obtenção da proposta mais vantajosa.

g) Sustentabilidade e responsabilidade administrativa:

Foram considerados os impactos ambientais e adotadas medidas mitigadoras, em conformidade com o princípio do desenvolvimento sustentável previsto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO.

Nos termos do art. 18, inciso VII, da **Lei nº 14.133/2021**, a solução deve ser descrita de forma integrada, contemplando todas as etapas do ciclo de vida do objeto, desde o planejamento até o encerramento da contratação, garantindo a adequada satisfação da necessidade administrativa.



A solução proposta consiste na contratação de bens e serviços, organizados em **02 (dois) lotes**, destinados à realização do evento comemorativo do Dia das Mães no Município de São Francisco do Guaporé/RO, assegurando infraestrutura adequada e atratividade ao público participante.

3.1. ESTRUTURA DA SOLUÇÃO

LOTE 01 – AQUISIÇÃO DE MOTOCICLETAS (BENS):

Aquisição de 02 (duas) motocicletas novas (zero quilômetro), ano/modelo vigente, destinadas à premiação por sorteio durante o evento.

Especificações mínimas:

- Motor 4 tempos, monocilíndrico;
- Cilindrada entre 120 cc e 130 cc;
- Injeção eletrônica;
- Potência mínima de 9 cv;
- Torque mínimo de 1,0 kgf.m a 6.000 rpm;
- Transmissão mínima de 4 marchas, semiautomática ou automática;
- Partida elétrica;
- Freio dianteiro a disco ou tambor e traseiro a tambor;
- Tanque mínimo de 4,5 litros;
- Peso máximo de 110 kg;
- Altura máxima de 1.100 mm;
- Distância mínima do solo de 120 mm;
- Compartimento interno mínimo de 17 litros;
- Atendimento às normas do CONTRAN;
- Garantia mínima de 12 meses.

LOTE 02 – LOCAÇÃO DE CADEIRAS (SERVIÇO):

Locação de 1.000 (mil) cadeiras plásticas para acomodação do público no evento.

Especificações mínimas:

- Cadeiras plásticas resistentes, em bom estado de conservação e higienizadas;
- Capacidade adequada para uso adulto;



- Entrega, organização e retirada no local do evento;
- Substituição de itens danificados sem ônus adicional.

3.2. CICLO DE VIDA DO OBJETO

a) Planejamento:

- Identificação da necessidade administrativa e definição da solução (art. 18);
- Elaboração do Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência;
- Pesquisa de preços e definição do orçamento estimado (art. 23);
- Definição da forma de contratação (licitação ou dispensa – art. 75 inciso II).

b) Seleção do fornecedor:

- Realização de procedimento licitatório ou contratação direta, conforme o caso;
- Análise de habilitação e proposta mais vantajosa (arts. 62 a 69);
- Formalização do contrato ou instrumento equivalente (art. 95).

c) Execução contratual:

- **Lote 01:** entrega das motocicletas conforme especificações, com conferência e aceitação;
- **Lote 02:** disponibilização das cadeiras no local, organização e suporte durante o evento;
- Fiscalização e acompanhamento pela Administração (art. 117).

d) Utilização:

- **Motocicletas:** destinadas à premiação por sorteio no evento;
- **Cadeiras:** utilizadas temporariamente para acomodação do público.

e) Encerramento:

- Recebimento definitivo do objeto;
- Retirada das cadeiras pela contratada;
- Pagamento conforme execução;
- Arquivamento do processo e avaliação dos resultados.



3.3. INTEGRAÇÃO DA SOLUÇÃO

A solução integra bens e serviços de naturezas distintas, porém complementares, sendo ambos essenciais para o sucesso do evento. A aquisição das motocicletas proporciona atratividade e engajamento da população, enquanto a locação das cadeiras assegura condições adequadas de conforto e organização.

A divisão em lotes atende ao art. 40, §1º, da Lei nº 14.133/2021, garantindo maior competitividade e participação de fornecedores especializados.

3.4. JUSTIFICATIVA DA SOLUÇÃO

A solução adotada é a mais adequada por:

- Atender plenamente à necessidade administrativa;
- Ser economicamente viável, evitando aquisição de bens de uso eventual;
- Possibilitar ampla competitividade;
- Garantir eficiência na execução e gestão contratual;
- Estar em conformidade com os princípios do art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

Conclusão:

A solução como um todo encontra-se devidamente estruturada e alinhada às disposições da Lei nº 14.133/2021, contemplando todas as etapas do ciclo de vida do objeto e assegurando a adequada execução da contratação, com foco no interesse público e na eficiência administrativa.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Nos termos do art. 18, inciso III, da **Lei nº 14.133/2021**, os requisitos da contratação devem estabelecer as condições necessárias e suficientes para assegurar a adequada execução do objeto, com qualidade, eficiência e atendimento ao interesse público, observando os princípios previstos no art. 5º da referida Lei.

Considerando a divisão do objeto em **02 (dois) lotes**, os requisitos da contratação são definidos da seguinte forma:



4.1. REQUISITOS GERAIS

- a) A contratação deverá observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade e desenvolvimento sustentável (art. 5º);
- b) Os fornecedores deverão comprovar habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação econômico-financeira e, quando aplicável, qualificação técnica, conforme arts. 62 a 69 da Lei nº 14.133/2021;
- c) Os objetos deverão atender aos padrões de qualidade e segurança exigidos pelos órgãos competentes;
- d) Deverá ser realizada pesquisa de preços, nos termos do art. 23, a fim de garantir compatibilidade com os valores de mercado;
- e) A contratação poderá ocorrer por licitação ou dispensa, conforme enquadramento no art. 75 inc. II da Lei nº 14.133/2021, devidamente justificado e instruído (art. 72);
- f) Os contratados deverão cumprir integralmente os prazos e condições estabelecidos no instrumento contratual: duração de 12 meses, podendo ser prorrogado conforme necessidade e justificativa da demandante(para o lote 01) e de 90 dias para o lote 02.

4.2. REQUISITOS ESPECÍFICOS – LOTE 01 (AQUISIÇÃO DE MOTOCICLETAS)

- a) Fornecimento de 02 (duas) motocicletas novas (zero quilômetro), ano/modelo vigente;
- b) Atendimento às especificações técnicas mínimas:
 - Motor 4 tempos, monocilíndrico;
 - Cilindrada entre 120 cc e 130 cc;
 - Injeção eletrônica;
 - Potência mínima de 9 cv;
 - Torque mínimo de 1,0 kgf.m a 6.000 rpm;
 - Transmissão mínima de 4 marchas, semiautomática ou automática;



- Partida elétrica;
- Sistema de freios conforme especificação;
- Tanque mínimo de 4,5 litros;
- Peso máximo de 110 kg;
- Altura máxima de 1.100 mm;
- Distância mínima do solo de 120 mm;
- Compartimento interno mínimo de 17 litros;

c) Atendimento às normas do CONTRAN e demais legislações aplicáveis;

d) Garantia mínima de 12 (doze) meses;

e) Entrega com todos os itens obrigatórios, em perfeitas condições de uso;

f) Responsabilidade do fornecedor por emplacamento e primeira documentação, bem como pelo transporte e demais encargos.

4.3. REQUISITOS ESPECÍFICOS – LOTE 02 (LOCAÇÃO DE CADEIRAS)

a) Disponibilização de 1.000 (mil) cadeiras plásticas;

b) Cadeiras resistentes, higienizadas e em bom estado de conservação;

c) Capacidade adequada para uso adulto;

d) Entrega no local do evento, com antecedência definida;

e) Organização e disposição conforme orientação da Administração;

f) Retirada após o evento, sem ônus adicional;

g) Substituição imediata de itens danificados;

h) Responsabilidade integral pela logística (transporte, carga e descarga).

4.4. REQUISITOS DE EXECUÇÃO E CONTROLE



- a) Designação de fiscal e gestor do contrato, conforme art. 117 da Lei nº 14.133/2021;
- b) Acompanhamento da execução contratual, com registro de ocorrências;
- c) Recebimento provisório e definitivo do objeto, conforme cumprimento das obrigações;
- d) Aplicação de sanções em caso de inexecução total ou parcial, nos termos do art. 156;
- e) Pagamento condicionado ao cumprimento das condições contratuais.

Conclusão:

Os requisitos estabelecidos garantem que a contratação atenda plenamente à necessidade administrativa, assegurando qualidade, eficiência e conformidade com a **Lei nº 14.133/2021**, bem como a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Nos termos do art. 6º, inciso XXIII, alínea “e”, e art. 117 da **Lei nº 14.133/2021**, o modelo de execução do objeto deve definir a forma como o contrato produzirá os resultados pretendidos, estabelecendo prazos, condições de entrega, responsabilidades das partes e mecanismos de acompanhamento e fiscalização.

A execução do objeto será realizada de forma **indireta**, por meio de contratação de terceiros, organizada em **02 (dois) lotes**, conforme segue:

5.1. CONDIÇÕES GERAIS DE EXECUÇÃO

- a) A execução deverá observar integralmente as condições estabelecidas no Termo de Referência, contrato ou instrumento equivalente;
- b) Os prazos, locais e condições de entrega/execução serão previamente definidos pela Secretaria demandante;
- c) Os contratados serão responsáveis por todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto;



d) A execução será acompanhada e fiscalizada por representante da Secretaria de desenvolvimento Social e da Família, conforme art. 117 da Lei nº 14.133/2021;

e) O descumprimento das obrigações sujeitará o contratado às sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

5.2. EXECUÇÃO – LOTE 01 (AQUISIÇÃO DE MOTOCICLETAS)

a) **Prazo de entrega:** as motocicletas deverão ser entregues em no prazo máximo de 24 horas anterior à data do evento, que será no dia (16/05/2026), garantindo tempo hábil para conferência;

b) **Local de entrega:** sede do ginásio municipal, sito a rua Airto Sena com Princesa Izabel ou outro local indicado pela Secretaria;

c) **Condições de entrega:**

- Veículos novos (zero quilômetro), emplacados e documentados em perfeitas condições de uso;
- Acompanhados de nota fiscal, manual do fabricante e termo de garantia;
- Atendendo integralmente às especificações técnicas exigidas;

d) **Recebimento:**

- Recebimento provisório para conferência das especificações;
- Recebimento definitivo após verificação da conformidade;

e) **Responsabilidades da contratada:**

- Transporte e entrega dos veículos;
- Substituição de itens que não atendam às especificações;
- Garantia mínima de 12 meses;
- Primeiro emplacamento e documentação.

f) **Destinação:** os bens serão utilizados como premiação em sorteio durante o evento.



5.3. EXECUÇÃO – LOTE 02 (LOCAÇÃO DE CADEIRAS)

a) **Prazo de disponibilização:** as cadeiras deverão ser entregues e organizadas com antecedência mínima de 24 hora ao evento, a ser realizado no dia 16/05/2026, conforme cronograma definido pela Secretaria;

b) **Local de execução:** ginásio municipal de São Francisco do Guaporé/RO, sito a rua Airton Sena esquina com Princesa Isabel;

c) **Condições de execução:**

- Fornecimento de 1.000 cadeiras plásticas;
- Itens em bom estado de conservação, limpos e aptos ao uso;
- Organização conforme orientação da Administração;

d) **Durante o evento:**

- Garantia de estabilidade e segurança dos itens;
- Disponibilidade para substituição imediata de cadeiras danificadas;

e) **Pós-evento:**

- Retirada integral das cadeiras pela contratada, sem ônus adicional;

f) **Responsabilidades da contratada:**

- Logística completa (transporte, montagem e desmontagem);
- Integridade dos materiais durante todo o período de uso.

5.4. FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA EXECUÇÃO

a) A execução contratual será acompanhada por fiscal designado pela Secretaria, conforme art. 117 da Lei nº 14.133/2021;

b) Serão realizadas verificações quanto à conformidade dos bens e serviços com as especificações estabelecidas;



- c) Eventuais irregularidades deverão ser registradas e sanadas no prazo estipulado;
- d) O não atendimento das exigências poderá ensejar aplicação de penalidades.

5.5. PRAZO DE VIGÊNCIA

A vigência contratual será de 12 meses, podendo ser prorrogado conforme necessidade e justificativa da demandante conforme artigo 105 da lei 14.133/2021, isso se tratando do lote 01; para o lote 02 a contratação será o suficiente para garantir a entrega dos bens e a execução dos serviços, incluindo o período necessário para o encerramento das obrigações, (90 dias).

Conclusão:

O modelo de execução do objeto está estruturado de forma a garantir o cumprimento integral das obrigações contratuais, assegurando eficiência, qualidade e atendimento ao interesse público, em conformidade com a **Lei nº 14.133/2021**.

6. GESTÃO DO CONTRATO

A gestão do contrato será realizada em conformidade com os arts. 117 a 121 da **Lei nº 14.133/2021**, garantindo o acompanhamento sistemático da execução, o controle dos resultados e a adoção de medidas necessárias ao fiel cumprimento das obrigações pactuadas.

6.1. DESIGNAÇÃO DE GESTOR E FISCAL DO CONTRATO

- a) A Secretaria designará formalmente um **gestor do contrato** e um ou mais **fiscais**, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021;
- b) O gestor será responsável pela coordenação geral, controle de prazos, comunicação com a contratada e adoção de providências administrativas;
- c) O fiscal do contrato será responsável pelo acompanhamento técnico da execução, verificação da conformidade dos bens e serviços e registro de ocorrências.

6.2. ATRIBUIÇÕES DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

- a) Acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos relativos aos **02 (dois) lotes**;



- b) Verificar o cumprimento das especificações técnicas e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- c) Registrar em documento próprio todas as ocorrências relacionadas à execução contratual;
- d) Notificar a contratada para correção de falhas ou irregularidades;
- e) Atestar o recebimento provisório e definitivo dos objetos;
- f) Encaminhar à autoridade competente eventuais pedidos de aplicação de sanções.

6.3. GESTÃO POR LOTE

Lote 01 – Motocicletas:

- Conferência das especificações técnicas no ato da entrega;
- Verificação da documentação (nota fiscal, DUT, garantia, manuais);
- Atesto do recebimento definitivo após conformidade;

Lote 02 – Cadeiras:

- Acompanhamento da entrega, organização e retirada;
- Verificação das condições de uso (limpeza, integridade e quantidade);
- Fiscalização durante o evento para garantir atendimento adequado.

6.4. CONTROLE DE PRAZOS E EXECUÇÃO

- a) O gestor deverá monitorar os prazos de entrega e execução, garantindo o cumprimento antes da data do evento;
- b) Eventuais atrasos deverão ser formalmente registrados e justificados;
- c) Poderão ser adotadas medidas corretivas ou aplicação de penalidades, conforme art. 156 da Lei nº 14.133/2021.



6.5. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

As eventuais alterações contratuais deverão observar o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021, sendo formalizadas por termo aditivo, quando necessário, respeitando os limites legais.

6.6. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Em caso de inexecução total ou parcial do contrato, poderão ser aplicadas as sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, tais como:

- Advertência;
- Multa;
- Impedimento de licitar e contratar;
- Declaração de inidoneidade.

6.7. ENCERRAMENTO DO CONTRATO

- a) O contrato será considerado encerrado após o cumprimento integral das obrigações pelas partes;
- b) Deverá ser realizado o recebimento definitivo do objeto;
- c) Proceder-se-á à liquidação e pagamento das despesas;
- d) Toda a documentação deverá ser devidamente arquivada para fins de controle e auditoria.

Conclusão:

A gestão do contrato, estruturada conforme a **Lei nº 14.133/2021**, assegura o controle efetivo da execução, a transparência dos atos administrativos e o cumprimento dos resultados pretendidos, garantindo a adequada aplicação dos recursos públicos.



7. CRITERIOS PARA O PAGAMENTO

Nos termos dos arts. 6º, inciso XXIII, alínea “g”, e 141 da **Lei nº 14.133/2021**, os critérios de pagamento devem ser previamente definidos, vinculados ao efetivo cumprimento do objeto contratado e à adequada comprovação da execução, garantindo transparência, controle e regularidade na aplicação dos recursos públicos.

7.1. CONDIÇÕES GERAIS DE PAGAMENTO

- a) O pagamento será realizado mediante a comprovação da execução do objeto, devidamente atestada pelo fiscal do contrato;
- b) A contratada deverá apresentar nota fiscal/fatura correspondente ao objeto executado, contendo todas as informações exigidas pela legislação vigente;
- c) O pagamento ficará condicionado à verificação da regularidade fiscal e trabalhista da contratada, conforme arts. 62 a 69 da Lei nº 14.133/2021;
- d) O prazo para pagamento será de até **30 (trinta) dias**, contados a partir do atesto da nota fiscal, conforme art. 141;
- e) Os pagamentos serão realizados por meio de ordem bancária em conta indicada pela contratada;
- f) Não será efetuado pagamento antecipado, salvo nas hipóteses legalmente admitidas.

7.2. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO – LOTE 01 (AQUISIÇÃO DE MOTOCICLETAS)

- a) O pagamento será realizado **em parcela única**, após:
 - Entrega das motocicletas;
 - Conferência e atesto pelo fiscal do contrato;
 - Recebimento definitivo dos bens;
- b) Será verificado o atendimento integral às especificações técnicas exigidas;



- c) A ausência de conformidade poderá ensejar a suspensão do pagamento até a regularização;
- d) A contratada deverá apresentar nota fiscal acompanhada dos documentos de garantia e demais exigidos no EDITAL

7.3. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO – LOTE 02 (LOCAÇÃO DE CADEIRAS)

- a) O pagamento será realizado **em parcela única**, após a execução integral do serviço, compreendendo:
 - Entrega e organização das cadeiras;
 - Disponibilização durante o evento;
 - Retirada dos itens ao término;
- b) O fiscal do contrato deverá atestar a execução satisfatória do serviço;
- c) Eventuais falhas ou descumprimentos poderão resultar em glosas ou retenções proporcionais no pagamento;
- d) A contratada deverá apresentar nota fiscal correspondente ao serviço prestado.

7.4. RETENÇÕES E PENALIDADES

- a) Poderão ser realizadas retenções legais de tributos, conforme legislação vigente;
- b) Em caso de aplicação de penalidades, como multa, o valor poderá ser descontado dos pagamentos devidos, conforme art. 156 da Lei nº 14.133/2021;
- c) O pagamento poderá ser suspenso em caso de irregularidades na execução contratual.

7.5. CONDIÇÕES PARA LIBERAÇÃO DO PAGAMENTO

- a) Cumprimento integral das obrigações contratuais;
- b) Atesto do fiscal do contrato;
- c) Apresentação de documentação fiscal regular;
- d) Ausência de pendências ou irregularidades na execução.



8. JULGAMENTO DO FORNECEDOR

O julgamento das propostas será realizado em estrita observância aos princípios estabelecidos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, notadamente legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, interesse público, probidade administrativa, igualdade, planejamento, transparência e julgamento objetivo.

8.1 Critério de Julgamento

Nos termos do art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, será adotado o critério de **menor preço por lote**, considerando-se vencedora a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, desde que atendidas todas as exigências técnicas, administrativas e legais estabelecidas neste instrumento.

8.2 Fundamentação da Contratação Direta

A presente contratação será realizada por meio de **dispensa de licitação**, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, em razão do valor estimado da contratação estar dentro dos limites legais.

Conforme disposto no art. 72 da referida lei, a contratação direta deverá ser instruída com:

- Documento de formalização da demanda;
- Estudo Técnico Preliminar, quando cabível;
- Termo de Referência;
- Estimativa de despesa, mediante pesquisa de preços;
- Demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários;
- Comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;
- Razão da escolha do contratado e justificativa de preço.

8.3 Julgamento por Lote

O julgamento será realizado por lote, conforme autorizado pelo art. 40, §2º, da Lei nº 14.133/2021, considerando a natureza distinta dos objetos contratados, quais sejam:



- **Lote 01:** Aquisição de motocicletas (bem para distribuição gratuita);
- **Lote 02:** Locação de cadeiras (serviço comum).

O parcelamento visa ampliar a competitividade, assegurar a economicidade e possibilitar a participação de maior número de fornecedores, sem prejuízo da eficiência administrativa.

8.4 Critérios de Aceitabilidade das Propostas

Nos termos do art. 59 da Lei nº 14.133/2021, serão desclassificadas as propostas que:

- Não atendam às exigências do Termo de Referência;
- Apresentem preços inexequíveis ou superiores ao valor estimado da contratação;
- Contenham vícios insanáveis ou desconformidade com as especificações técnicas;
- Não comprovem viabilidade de execução do objeto.

8.5 Habilitação do Fornecedor

A habilitação será verificada conforme disposto nos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021, exigindo-se, no mínimo:

- Regularidade fiscal, social e trabalhista;
- Habilitação jurídica;
- Qualificação técnica compatível com o objeto;
- Qualificação econômico-financeira, quando pertinente.

Na contratação direta, a comprovação será simplificada, nos termos do art. 72, inciso V, da mesma lei.

8.6 Critérios de Desempate

Em caso de empate entre propostas, serão observados os critérios previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, assegurando-se preferência, sucessivamente:

- Para microempresas e empresas de pequeno porte;
- Persistindo o empate, poderá ser realizado sorteio.



8.7 Formalização da Contratação

Conforme art. 95 da Lei nº 14.133/2021, a contratação poderá ser formalizada por meio de instrumento contratual ou substituída por nota de empenho, considerando o baixo valor e a natureza da contratação, devendo conter todas as condições essenciais para execução do objeto.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A estimativa dos valores da contratação foi obtida por meio de **pesquisa de preços**, realizada em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021, mediante a utilização de fontes idôneas, tais como: consultas a fornecedores do ramo e pesquisa em bancos de preços públicos; Conforme quadro de pesquisa de preço em documento anexo ao portal ATHUS com **ID: DFO.074** foi encontrado o valor estimado para o **LOTE 01** de: **R\$ 41.595,00 (quarenta e um mil quinhentos e noventa e cinco reais)**, e para o **LOTE 02** foi estimado o valor de: **R\$ 15.240,00 (quinze mil, duzentos e quarenta reais)**. Para futura aquisição dos itens e quantidades descritos abaixo:

LOTE 01 FICHA 268 DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QND	Valor Estimado	Valor Total
01	Motocicleta nova (zero quilômetro), ano/modelo correspondente ao ano vigente, com as seguintes referências: <ul style="list-style-type: none">• Motor 4 tempos, monocilíndrico• Cilindrada mínima de 120 cc e máxima de 130 cc• Sistema de alimentação por injeção eletrônica• Potência mínima de 9 cv• Torque : 1,0 kgf.m a 6.000 rpm• Transmissão de no mínimo 4 marchas, com sistema semiautomático ou automático• Partida elétrica• Sistema de freio dianteiro a disco ou tambor e traseiro a tambor• Capacidade do tanque mínima de 4,5 litros• Peso máximo de 110 kg• Altura máxima : 1.100 mm• Distancia do solo: minima de 120mm• Compartimento de armazenamento interno mínimo de 17 litros• Atender às normas do CONTRAN	UND	02	R\$ 20.797,50	R\$ 41.595,00



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ

LOTE 02 FICHA 271 SERVIÇO DE TERCEIROS					
01	ALUGUEL DE CADEIRAS PLASTICAS	1.000	UND	R\$ 7.62	R\$ 15.240,00

10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da Contratante, na classificação abaixo:

SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA

LOTE 01: CAT. ECONOMICA; 3.3.90.32.00, bens p/ distribuição gratuita

FICHA ORÇAMENTARIA: 268

LOTE 02: CAT. ECONOMICA: 3.3.90.39 serviço de terceiros

FICHA ORÇAMENTARIA : 271

11. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

11.1- Qualquer alteração do presente Termo de Referência, que se fizer necessário, deverá ser previamente consultada a Secretaria emitente deste termo.

11.2- Após analisado e autorizado não serão aceitas alegações posteriores de desconhecimento das condições como forma de justificar a não prestação do serviço ou entrega do objeto, deste Termo de Referência, ou mesmo a existência de anormalidades não previstas nas especificações.



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ

11.3- Fica estabelecido o Fórum da Comarca de São Francisco do Guaporé- RO, para a resolução de quaisquer conflitos de natureza jurídica.

O presente Termo de Referência devem ser revisados pelo Gestor do Processo no intuito de verificar se atende aos pré-requisitos para aquisição do objeto, podendo apresentar as considerações que julgar necessárias em despacho próprio para que este Núcleo de Processos proceda com as correções.

São Francisco do Guaporé - RO, 22 abril de 2026.

Elaborado por:

ROSANGELA CRISTINA SOARES

Equipe de Apoio

Portaria nº 024/2026



Estado de Rondônia
Poder Executivo Municipal
Prefeitura Municipal de São Francisco do Guaporé

MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

Autos do Proc. nº. xxxx/2026.

Contrato Administrativo nº. xxx/2026

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE _____, QUE ENTRE SI FAZEM A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ A EMPRESA _____, NA FORMA ABAIXO.

O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RO, inscrito no CNPJ/MF sob o n. 01.254.422/0001-56, com sede na rua da Integração Nacional, nº 1997, Município de São Francisco do Guaporé, Estado de Rondônia, neste ato representado pelo Prefeito, o senhor José Wellington Drumond Gouvêa, brasileiro, agente político, portador da cédula de identidade RG nº. 694.*** SSP/RO, inscrito no CPF/MF sob nº. 672.***.682-**, residente e domiciliado em São Francisco do Guaporé/Estado de Rondônia, daqui em diante denominada **CONTRATANTE** e do outro lado a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado com inscrição no CNPJ/MF sob nº. _____, com sede na _____, nº _____, centro, _____, representado pela sua sócia proprietária, a Sr.^a _____, inscrita no CPF sob o n. _____, daqui em diante denominada de **CONTRATADA**, em conformidade com _____ nos autos do processo administrativo n. _____, e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: (art. 92, I e II)

I. Os objetos do presente instrumento é a contratação de empresa para _____.

II. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- a).** O Edital da Licitação e seus anexos;
- b).** A Proposta do contratado;
- c).** Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO: (art. 105 da 14.133/2021)

I. O prazo de vigência da contratação é de _____, contados da assinatura do presente contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, na forma do artigo 105 a 107 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, observação e recebimento do(s) objeto(s) constam no Termo de Referência, anexo ao Edital.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto contratado.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)



Estado de Rondônia
Poder Executivo Municipal
Prefeitura Municipal de São Francisco do Guaporé

I - O valor total da contratação é de R\$ _____.

II. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução da contratação, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

I. O pagamento será efetuado pela Secretaria Municipal de Fazenda, diretamente à **CONTRATADA** por meio de ordem bancária, e deverá ocorrer em até _____ dias, após o recebimento dos objetos deste instrumento, e da apresentação de nota fiscal, atestada e do comprovante de recolhimento de multas aplicadas, se houver, bem como dos encargos sociais, conforme regras editais e o art. 121 da 14.133/2021.

II. É condição para o pagamento do valor constante de cada Nota Fiscal, a apresentação de prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, Instituto Nacional do Seguro Social, Certidão Negativa de Tributos da Receita Estadual, Certidão Negativa de Tributos Municipais, Certidão Negativa de Tributos Federais e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

III. Na ocorrência de necessidade de providências complementares por parte da **CONTRATADA**, o decurso do prazo para pagamento será interrompido, reiniciando-se sua contagem da data em que estas forem cumpridas. O descumprimento, pela **CONTRATADA**, do estabelecido no parágrafo anterior, não lhe gera direito a alteração de preços ou compensação financeira.

IV. O **CONTRATANTE**, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar à **CONTRATADA**, os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela **CONTRATADA**, nos termos deste contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

I. São obrigações do **CONTRATANTE**:

II. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo **CONTRATADO**, de acordo com o contrato;

III. Notificar o **CONTRATADO**, por escrito, sobre quaisquer verificações dos objetos fornecidos, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

IV. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo **CONTRATADO**;

V. Efetuar o pagamento ao **CONTRATADO** do valor correspondente ao fornecimento das mercadorias, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

VI. Aplicar ao **CONTRATADO** as sanções previstas na lei e neste Contrato;

VII. Cientificar a Advocacia-Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;



Estado de Rondônia
Poder Executivo Municipal
Prefeitura Municipal de São Francisco do Guaporé

VIII. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

IX. A Administração terá o prazo de quinze dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

X. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo **CONTRATADO** com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do **CONTRATADO**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

I. O **CONTRATADO** deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita entrega do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

II. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes dos objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

III. Comunicar ao **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

IV. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133/2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados, no prazo requisitado, sob possibilidade de extinção do contrato (art. 137, I, da Lei nº 14.133/2021);

V. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo **CONTRATANTE**, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, sob possibilidade de extinção do contrato (art. 137, I, da Lei nº 14.133/2021);

VI. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

VII. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

VIII. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante;

IX. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da entrega do objeto contratual.

X. Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

XI. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;



Estado de Rondônia
Poder Executivo Municipal
Prefeitura Municipal de São Francisco do Guaporé

XII. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021.

XIII. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do **CONTRATANTE**;

CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

I. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

II. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

d) Multa: Moratória de 1% (hum por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

II. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

III. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao **CONTRATANTE** (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

a) Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

b) Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)



Estado de Rondônia
Poder Executivo Municipal
Prefeitura Municipal de São Francisco do Guaporé

c) Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo **CONTRATANTE** ao **CONTRATADO**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

d) Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

IV. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao **CONTRATADO**, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

V. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

VI. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

VII. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

VIII. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

IX. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX):

I. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

II. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do entrega do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.



Estado de Rondônia
Poder Executivo Municipal
Prefeitura Municipal de São Francisco do Guaporé

III. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

III.I. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

III.II. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

III.II.I. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

IV. O contrato será extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII):

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Financeiro deste exercício, através das Notas de Empenho estimativas de n. 3820, na dotação abaixo discriminada:

a) Unidade: _____.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III):

Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES:

I. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

II. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

III. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO:

Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (art. 92, §1º):

Fica eleito o Foro da Comarca de São Francisco do Guaporé, estado de Rondônia, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.



Estado de Rondônia
Poder Executivo Municipal
Prefeitura Municipal de São Francisco do Guaporé

São Francisco do Guaporé, RO, ____ de _____ de 2026.

Município de São Francisco do Guaporé

José Wellington Drumond Gouvêa
Prefeito Municipal
Contratante

Contratada

Fiscais de Contrato: 1- _____

2- _____

Testemunhas: 1.- _____
CPF.: _____

2.- _____
CPF.: _____